

PRONAF Agroecologia: sistematização de uma experiência desenvolvida na Zona da Mata de Minas Gerais

Eugênio A. Ferrari¹
Sérgio S. Abraão²

1. Apresentação

Este documento contém a descrição e análise da experiência de acesso a uma política de crédito diferenciada – o PRONAF Agroecologia, por parte de um grupo de agricultores familiares, organizados em Sindicatos de Trabalhadores Rurais e apoiados por uma organização de assessoria, o Centro de Tecnologias Alternativas – CTA.

Na primeira parte é caracterizada a região onde a experiência se desenvolveu, notadamente nos aspectos que situam os problemas vividos pelos agricultores familiares. Em seguida se descreve o desenrolar da experiência para, finalmente, se construir uma análise a partir do ponto de vista de quem viveu a experiência.

2. Caracterização da Área de Intervenção

A experiência foi desenvolvida em alguns municípios da região da Zona da Mata do estado de Minas Gerais, Brasil. A região, localizada no sudeste do estado, constituiu-se de 142 municípios distribuídos numa superfície de 35.748,7 mil Km². Possui o terceiro maior grupo populacional do estado, com cerca de 2.030.856 habitantes, mas muitos municípios são pequenos (38%), possuindo em torno de cinco mil habitantes (IBGE, 2002). Em relação ao número de estabelecimentos agropecuários, a região ocupa a primeira posição em contingente de propriedades com menos de 100 Ha comparativamente às outras regiões mineiras. As pequenas propriedades com menos de 100 Ha correspondem a 91,30 % do número total dos estabelecimentos, ocupando 50,53 % da área total (IBGE, 1996).

A exploração agropecuária tem um peso significativo no valor da produção regional, ocupando 34,68% da População Economicamente Ativa. O café, apesar de todas as crises e transformações da economia regional, continua sendo um dos principais produtos da região, plantado tanto em grandes como em pequenas propriedades.

Na porção norte da região, onde se desenvolveu a experiência aqui sistematizada (Figura 1), pode-se afirmar que grande parte dos agroecossistemas atuais se baseiam na cultura do café, milho, feijão, hortaliças, frutas, pecuária bovina e criação de pequenos animais.

A introdução da cultura do café, no início do século XIX, foi uma das principais causas da devastação das florestas e da erosão dos solos, cedendo posteriormente lugar às pastagens que atualmente ocupam aproximadamente 63% da cobertura vegetal da Zona da Mata. As matas e florestas naturais cobrem hoje apenas 11,53%. Os processos históricos de desmatamento e erosão dos solos combinam agora com o descaso na destinação do lixo e efluentes tóxicos e com o uso intensivo de agroquímicos. Sem falar na persistente perda da biodiversidade agrícola que compromete a segurança alimentar da população rural e de baixa renda.

Os agricultores da região apresentam renda inferior à média estadual e vivenciam um processo de pauperização gradual. A região é a segunda em renda mensal mais baixa no Estado, com 48,5% dos produtores indicando renda mensal menor que dois salários mínimos e 46,7% entre 2 e 10 salários

¹ Engenheiro Agrônomo, membro da equipe técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA.
Email: ferrari@ctazm.org.br

² Engenheiro Agrícola, membro da equipe técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA.
Email: sergio@ctazm.org.br

mínimos. É uma região onde os agricultores possuem baixo nível de escolaridade, com 86,6% deles, incluindo analfabetos, possuindo somente até o primeiro grau completo (BDMG, 2000).

Figura 1: Área de atuação do CTA na Zona da Mata em Minas Gerais.



As famílias de pequenos agricultores são constituídas, em média, por cinco pessoas. Todas participam do trabalho e este é organizado com critérios muito bem definidos, onde pesam muitas razões culturais. As atividades reprodutivas (criação de filhos, trabalho na casa etc.) são executadas principalmente pelas mulheres. Na produção todos participam, mas o trabalho da mulher é considerado como ajuda. O trabalho masculino é dirigido principalmente para funções de maior continuidade, é socializável, trocável, monetarizável. Já o trabalho feminino e infantil é orientado para tarefas que não podem ser convertidas em dinheiro, atividades que dificilmente poderiam ser entregues a um trabalhador contratado. São tarefas sem seqüência imediata, descontínuas, que ocupam partes de um dia. Daí a sua desvalorização enquanto trabalho “rentável”. Normalmente, os homens ocupam mais o espaço social e as chamadas atividades representativas (participação no sindicato etc.) do que as mulheres, que tem muita dificuldade de dispor de tempo para isto, devido à sua sobrecarga de trabalho. As crianças a partir dos 5 a 7 anos de idade já começam a ajudar os pais nas atividades que eles realizam.

As famílias de agricultores de baixa renda são aquelas que utilizam basicamente a força do trabalho familiar, em uma pequena propriedade e/ou em parceria, e que não acumulam sistematicamente excedentes. Quanto ao tamanho das propriedades, estas podem variar de 0 a 50 ha, estando a média em torno de 12 ha.

Causas da pobreza no meio rural da Zona da Mata

A articulação da economia familiar da pequena produção rural com a sociedade, em termos de intercâmbio desigual e dominação política, são as razões que explicam, em grande medida, a sua crescente perda de importância dentro do setor agrícola, perda que se manifesta tanto em sua contínua decomposição (êxodo rural), como na dificuldade de competir no mercado.

A precária organização dos agricultores familiares na região dificulta a possibilidade de negociação frente ao Estado e a reivindicação de políticas coerentes com suas necessidades. A base organizada dos pequenos agricultores seja no sindicato ou associação, ainda é bastante limitada. Consta-se uma grande fragilidade na maioria destas organizações, despreparadas para enfrentar os problemas técnicos e de gestão a que estão defrontadas.

A agricultura familiar na Zona da Mata foi alvo de políticas que contribuíram para aumentar os riscos e a instabilidade dos sistemas de produção. Os Programas de Desenvolvimento Rural

Integrados implementados nas décadas de 70 e 80, preconizaram a adoção do pacote das tecnologias “modernas” como única forma de transformar a agricultura familiar “tradicional”, “atrasada”, em “empresas rurais” integradas ao mercado. Este padrão tecnológico só foi adotado parcialmente, em virtude de restrições de ordem ambiental e socioeconômica. A introdução destes elementos tem significado uma forte deterioração do meio ambiente, a perda da identidade cultural e o debilitamento da economia da agricultura familiar. Enquanto “pacote”, este novo padrão tecnológico não levou em consideração a lógica econômica da agricultura familiar, seus valores e modo de vida e de reprodução social. Se propõe uma crescente vinculação ao mercado e o desestímulo da produção para o autoconsumo, tendências que podem ser contrárias à reprodução continuada da agricultura familiar.

Os problemas enfrentados pela agricultura familiar na região se situam, evidentemente, em um contexto mais amplo onde, na perspectiva do modelo agrícola e de desenvolvimento rural dominante: a produtividade e o lucro são os objetivos centrais; a destruição dos recursos naturais não entra no cálculo econômico - a mobilidade do capital permite “resolver” no curto prazo os problemas ambientais gerados por este modo de produção e consumo; terra, água e os recursos genéticos são considerados como bens privados e não como bens públicos e o conhecimento válido é o conhecimento que gera lucro. O elemento de contradição do contexto, refere-se ao caráter das reformas promovidas pelas políticas públicas para a agricultura familiar. O agente regulador é o mercado. As rupturas estruturais que exigem novas relações de poder, como a democratização da terra e da renda, deixam o cenário.

3. A implementação local da política de crédito

Em setembro de 2003, o CTA e as organizações locais de agricultores familiares decidiram apoiar famílias de agricultores de sua base para que pudessem acessar a nova linha de crédito lançada pelo Governo Federal: o PRONAF Agroecologia.

Foi a primeira vez que o CTA investiu no apoio à busca de crédito, via PRONAF, para o público com o qual atua. O caráter experimental da iniciativa levou à definição de um público restrito para iniciar a experiência, constituído por cerca de oitenta famílias que já haviam iniciado um processo de transição agroecológica dos seus sistemas de produção. Um público que estava diretamente envolvido em duas ações específicas do CTA: o Plano Estratégico do Café Agroecológico³ e o Programa de Formação de Agricultores/as⁴.

O CTA não dispunha de pessoal suficiente em sua equipe para a elaboração de projetos para cada uma das famílias, optando-se por uma metodologia que fosse capaz de otimizar o trabalho envolvendo grupos de proponentes. A equipe técnica formulou, junto com os agricultores, um roteiro no qual cada proponente pudesse preencher informações sobre seu sistema de produção e dados sobre a renda da família demandados pelas agências bancárias.

Entre os meses de novembro e dezembro de 2003 foram feitas reuniões nos municípios de Divino, Espera Feliz, Tombos, Viçosa e Araponga, para elaboração dos projetos, em regime de mutirão. Durante as reuniões, além da assessoria da equipe do CTA, houve uma grande interação e troca de informações entre os próprios agricultores envolvidos, possibilitando uma rápida construção dos projetos. De posse das informações e solicitações de cada família fez-se a adequação do projeto para o formato a ser apresentado às agências bancárias.

Em janeiro de 2004 foram apresentadas as primeiras versões dos projetos às agências do Banco do Brasil. Como as normas para apresentação de projetos nesta linha do PRONAF não eram muito claras e, assim como nós, os agentes financeiros não tinham experiência com esta modalidade de

³ Processo cujo objetivo foi o de conhecer toda a cadeia de produção do café na região e planejar uma ação conjunta dos STR's, Associações de Agricultores Familiares e CTA.

⁴ Programa decorrente do anterior, como estratégia para atender a demanda de acompanhamento técnico pelos agricultores em processo de transição para a agroecologia, nos diferentes municípios da área de atuação do CTA

crédito, foram sugeridas mudanças na apresentação dos projetos. Foi necessária uma nova reunião com os proponentes, em cada um dos municípios, para a revisão dos projetos que depois de concluídos foram encaminhados pelos STR's para as respectivas agências do Banco do Brasil.

A partir desse momento cada município teve uma história diferente em relação à efetivação do crédito, dependendo da agência bancária. Apenas uma agência do Banco do Brasil, por ter um conhecimento prévio dos trabalhos realizados pelo CTA, aprovou os projetos sem muitas exigências a mais, e logo no final de março de 2004 liberou os recursos, de uma só vez.

Todas as outras cinco agências envolvidas fizeram mais exigências e/ou solicitaram maiores informações, além das apresentadas após a revisão dos projetos. As próximas liberações ocorreram no final de 2004 e as últimas só vieram a acontecer em meados de 2005, ou seja, um ano e meio após a apresentação da proposta na agência.

Participaram do processo 82 famílias dos municípios de Divino, Orizânia, Espera Feliz, Caparaó, Tombos, Pedra Dourada, Eugenópolis, Araponga, Ervália, Guidoal e P. Cândido.

Vale ressaltar que nem todos os projetos elaborados foram encaminhados aos bancos e que nem todos os que foram encaminhados foram aprovados. Inicialmente foram elaborados 82 projetos e durante as negociações com os bancos 37 famílias desistiram. Algumas devido à morosidade do processo, outras por falta de documentos exigidos (escritura do terreno). Por fim, apenas 45 projetos foram aprovados e tiveram os recursos liberados (Tabela 1). Dos projetos aprovados 38 se enquadravam no Grupo C do PRONAF (renda bruta anual de R\$ 2.000,00 até R\$ 14.000,00) e 07 no grupo D (renda bruta anual de R\$ 14.000,00 até R\$ 40.000,00)

Tabela 1: N° de projetos de PRONAF Agroecologia elaborados, aprovados e valores.

N.º	MUNICÍPIOS	PROJETOS ELABORADOS	PROJETOS APROVADOS	TOTAL APROVADO (R\$)	MÉDIA POR PROJETO (R\$)
1	Araponga	22	20	148.000,00	7.400,00
2	Paula Cândido	3	3	17.800,00	5.933,33
3	Ervália	2	0	0,00	0,00
4	Guidoal	1	1	22.700,00	22.700,00
5	Divino	15	1	8500,00	8.500,00
6	Orizânia	4	0	0,00	0,00
7	Tombos	7	4	31.000,00	7.750,00
8	Pedra Dourada	2	0	0,00	0,00
9	Eugenópolis	4	2	17.500,00	8.750,00
10	Espera Feliz	18	13	147.510,00	11.346,92
11	Caparaó	3	1	7.500,00	7.500,00
12	Dores do Rio Preto	1	0	0,00	0,00
	TOTAL	82	45	400.510,00	8.900,22

Os juros dos empréstimos foram de 4% ao ano, com carência de 3 anos e o prazo de 8 anos para pagamento (uma parcela por ano em 5 anos). Têm ainda um bônus de adimplência de 25% sobre os juros para os pagamentos em dia.

Papel das organizações

Coube ao CTA, buscar informações sobre a documentação necessária para a elaboração e negociação dos projetos junto aos bancos; propor metodologia para elaboração coletiva dos projetos; formata-los após esta elaboração coletiva; assessorar as organizações parceiras (associações e STR's) na negociação dos projetos com os bancos e assessorar as famílias na implementação dos projetos.

A Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata, que articula os STR's e associações locais na região, se responsabilizou pelos contatos com instâncias superiores responsáveis pelo PRONAF (Superintendências do Banco do Brasil, Secretaria da Agricultura Familiar do MDA etc.).

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) articularam as famílias para participarem das diversas atividades necessárias para acessar o crédito (mutirões para elaboração dos projetos, reuniões com gerentes dos bancos, reuniões de monitoramento do processo), apresentaram os projetos aos bancos, apoiaram as famílias na negociação com os agentes financeiros e as mantiveram informadas sobre as negociações.

A gestão financeira do recurso é feita pela própria família. Nos momentos de dúvidas, as famílias recorrem à rede social em que estão inseridas (comunidade, STR e associações, CTA). Houve também momentos de avaliação do desenvolvimento do processo, em reuniões nos municípios, normalmente com a participação das organizações locais e do CTA.

Os recursos acessados pelas famílias foram utilizados principalmente para investimentos em infra-estrutura e aquisição de equipamentos, mas também para custeio. Os financiamentos foram individuais, mas houve o caso de um grupo de famílias, que após o recebimento dos recursos, resolveu adquirir coletivamente um trator para o uso do grupo. Essas famílias já haviam previsto, em seus projetos, gastos com alguma forma de transporte para a produção.

As principais infra-estruturas instaladas foram: terreiros para secagem de grãos, estruturas para armazenamento da produção, currais, chiqueiros e melhoria de estradas. Os principais equipamentos adquiridos foram: picadeiras, ensiladeiras e roçadeiras costais motorizadas.

4. A política vivida

Para apreender, localmente, como as famílias beneficiárias perceberam os resultados de sua implementação, foram realizadas duas reuniões com grupos que acessaram o crédito, uma em Espera Feliz e outra em Araponga. Foram também entrevistadas duas famílias, uma em cada município, momento em que foi possível não só recolher testemunhos, como analisar mais detalhadamente como o acesso à política contribuiu para mudanças nos sistemas produtivos e nas condições de vida destas famílias.

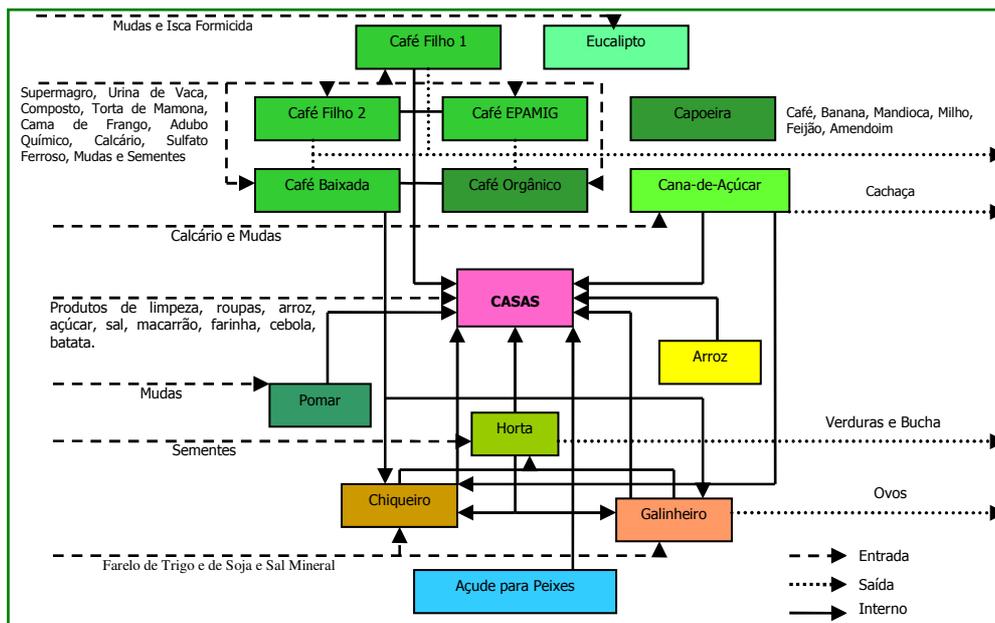
Outras informações também puderam ser percebidas durante três visitas de monitoramento realizadas neste período, duas em Espera Feliz e uma em Araponga. Estas visitas, organizadas pelo CTA e STR's, são realizadas por um grupo de beneficiários acompanhados de um técnico do CTA. São momentos em que a família beneficiária fala o que foi a idéia original do projeto e como ele foi implementado na sua propriedade, mostrando o que perceberam de resultados, mas também as dificuldades no processo e as dúvidas que permanecem. O conjunto dos participantes interage com a família, dando sugestões e colocando também suas situações particulares. É, portanto, um momento de aprendizagem coletiva.

Uma família beneficiária em Espera Feliz

Em realidade nesta propriedade de 8.8 há moram atualmente três famílias. O pai e a mãe com dois filhos formam a primeira família. O filho mais velho do casal com a esposa e um filho pequeno formam a segunda família. E a terceira é formada por uma filha casada e seu marido, que recentemente passaram também a residir na propriedade.

O Sistema de Produção é constituído pelos subsistemas: café, eucalipto, cana-de-açúcar, arroz, pomar, horta, galinheiro, chiqueiro e açude para criação de peixes, além de uma área em pousio (capoeira). Em 2005 o CTA realizou uma atividade de monitoramento nesta propriedade caracterizando estes diferentes subsistemas de produção. Esta caracterização está ilustrada no diagrama de fluxos da Figura 2 (FÁVERO et al, 2006).

Figura 2: Diagrama de fluxos de uma propriedade em Espera Feliz



O subsistema café era dividido em cinco áreas: i) *Café Orgânico* – Lavoura com 1.000 pés, onde foram plantadas leguminosas para adubação verde e cultivou-se milho e amendoim; ii) *Café do Experimento* – Experimento com 36 variedades de café implantado em 2002 com o apoio da EPAMIG⁵ no sistema orgânico e com, aproximadamente, 2.000 pés no total; iii) *Café do Filho 1* – Essa lavoura, juntamente com o *café do Filho 2*, foi plantada em 2000, constituindo-se, inicialmente, num total de 7.000 pés. Depois de plantada a lavoura ficou abandonada por um período de 2 a 3 anos. Em parte da lavoura foi plantado eucalipto e no restante (cerca de 3.000 pés) foram introduzidas outras espécies arbóreas; iv) *Café do Filho 2* – Lavoura desmembrada do *Café do Filho 1*, com 1000 pés, conduzido com adubo químico e sem o uso de agrotóxicos; v) *Café da Baixada* – Lavoura mais antiga com, aproximadamente, 5.000 pés. Nela é utilizado adubo químico e um herbicida para o controle de algumas manchas de sapé⁶. Intercalado a essa lavoura é cultivado milho, feijão, banana, mandioca e cana. Em parte dessa lavoura foram introduzidas leguminosas e espécies arbóreas objetivando a evolução para um sistema agro-florestal (FÁVERO et al, 2006).

Os principais produtos comercializados eram o café, banana, milho, cachaça e mandioca, e em menor escala o feijão, amendoim, verduras, bucha e ovos. Com exceção do eucalipto, todos os demais subsistemas forneciam produtos para a alimentação das famílias. O sistema *café da baixada* fornece milho, banana e mandioca para os porcos e galinhas. O subsistema *horta* promove uma troca com os subsistemas *galinheiro* e *chiqueiro*. A horta fornece produtos para a alimentação de galinhas e porcos e recebe esterco dos mesmos (FÁVERO et al, 2006).

O projeto elaborado inicialmente pela família para o PRONAF Agroecologia - no valor de R\$ 10.000,00 - tinha a finalidade de melhorar e ampliar estruturas de secagem e armazenamento, por meio da construção de um terreiro e de uma tulha, melhorando a qualidade do produto pós colheita. Com isto esperavam proporcionar, à família, mais conforto, agilidade e segurança na execução dos processos de produção, além de possibilitar o aumento da renda da família. Antes de ser aprovado no banco o projeto foi reformulado sendo direcionado para a construção da tulha e a compra de uma roçadeira mecânica, no valor total de R\$ 7.500,00.

Assim como a totalidade das famílias entrevistadas nesta sistematização, depois de liberados os recursos não foram aplicados tal como previsto no projeto. No caso desta família, inicialmente o recurso serviu para quitar um empréstimo contraído anteriormente e foi adquirido outro

⁵ Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

⁶ Planta invasora, de difícil controle manual, que ocorre em solos ácidos e compactados.

equipamento não previsto: uma picadeira / ensiladeira com motor elétrico. O recurso ainda serviu para ajudar na construção de outra casa na propriedade para uma filha.

Isto não quer dizer que o projeto não tenha sido implementado. O terreiro de cimento foi construído, assim como a tulha e a roçadeira adquirida. Só que isso foi realizado ao longo de três anos, a partir de uma estratégia onde contribuíram os recursos auferidos com os resultados da produção.

A roçadeira foi adquirida de imediato, pois um estrangulamento do sistema era o grande volume de mão de obra necessário na manutenção das lavouras de café. Com a roçadeira foi possível otimizar o manejo agroecológico do solo, facilitando o manejo da vegetação espontânea, restos culturais e de leguminosas nas lavouras, o que diminuiu a necessidade de adquirir produtos de fora para a adubação (adudos químicos, cama de frango, torta de mamona e composto) e reduziu a necessidade do herbicida. Contribuiu também para que uma filha e seu marido retornassem à propriedade, deixando o trabalho em parceria realizado com outro proprietário. Foi também fundamental a construção de outra casa na propriedade.

A aquisição da picadeira reduziu os custos com a criação de galinhas e porcos, permitindo o melhor aproveitamento da banana e da mandioca na produção caseira da ração. A construção do terreiro permitiu reduzir a mão de obra na secagem do café e a obtenção de uma melhor qualidade na bebida, aumentando o valor recebido pela saca na comercialização.

Outro fator que trouxe mais estabilidade ao sistema (que também contribuiu para o retorno da filha) foi o acesso da família ao mercado de compra direta da CONAB⁷, que permitiu em 2005/2006 a comercialização de 2.500 kg de canjiquinha e em 2006/2007 a comercialização também de banana e mandioca. Os recursos do PRONAF Agroecologia permitiram que fosse também adquirido um moinho para a produção da canjiquinha e uma bicicleta, utilizada para fazer as entregas dos produtos na cidade.

Quando analisamos as despesas e receitas do último ano agrícola e a comparação dos resultados obtidos nos dois últimos anos, podemos verificar que o acesso a estas políticas (PRONAF Agroecologia e Compra Direta da CONAB), conjugadas, contribuíram para o aumento da renda agrícola da família (Tabela 2).

Tabela 2: Despesas. Receitas e resultados da propriedade em Espera Feliz.

Despesas	Valor (R\$)	Receitas	Valor (R\$)
Gerais (da família)	4.172,00	Produtos vendidos	13.838,00
Custeio da lavoura	1.473,60	Serviços vendidos	1.900,00
Investimentos	4.533,00	Produtos consumidos	2.384,00
TOTAL	10.178,00	TOTAL	18.122,00
Resultado do ano agrícola 2006/2007			7.944,00
<i>Resultado do ano agrícola 2005/2006</i>			<i>3.000,00</i>

Quando analisamos ainda a composição da receita (Tabela 3), verificamos que a estratégia adotada pela família contribuiu para que alcançassem um nível superior de estabilidade e de autonomia, com uma fonte de renda mais diversificada, pois anteriormente a maior parte derivava da venda do café. Alia-se a isso o fato de dependerem menos de insumos externos à propriedade. Desta forma poderá passar pelos freqüentes períodos de queda nos preços do café sem as crises que caracterizam estes períodos, com queda na renda, endividamento das famílias, declínio das lavouras decorrentes de tratos deficitários etc.

⁷ Programa implementado pela Companhia Nacional de Abastecimento, vinculada ao Ministério da Agricultura, destinado ao abastecimento de instituições filantrópicas e escolas dos municípios.

Tabela 3: análise das receitas da família de Espera Feliz

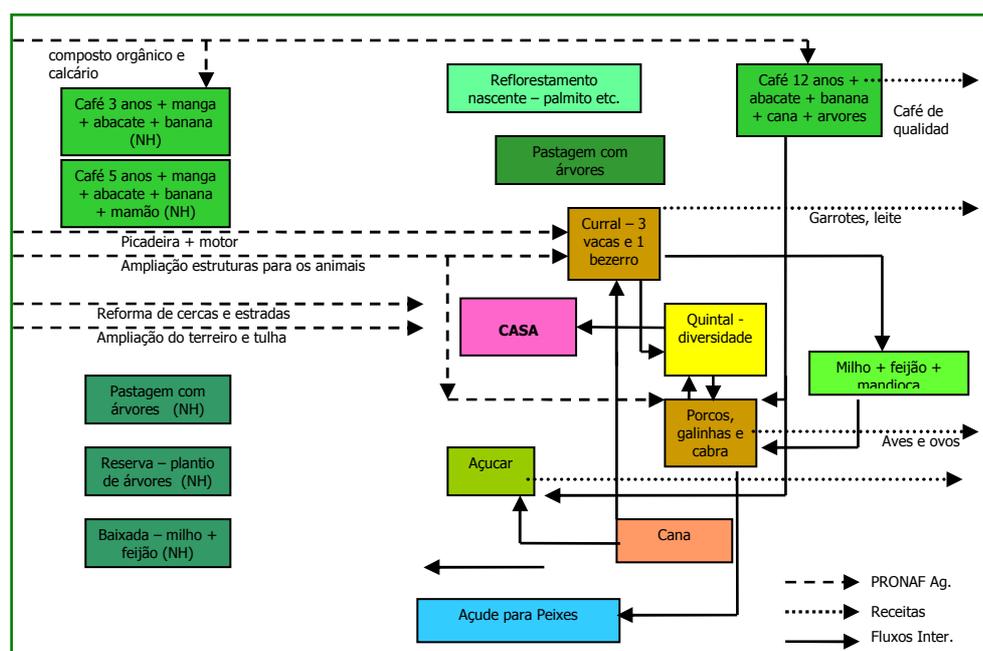
Análise das receitas	R\$	%
Venda de café (incluindo estoque)	6.953,00	38%
Venda de produtos da diversificação	6.885,00	39%
Consumo de produtos pela família	2.384,00	13%
Venda de serviços	1.900,00	10%
TOTAL RECEITAS	18.122,00	100%

Do ponto de vista da família o que mais marcou como resultados do acesso ao PRONAF Agroecologia foram a possibilidade de realizar os investimentos que pretendiam e quitar dívidas anteriores. Só o café estocado permitiu, com folga, o pagamento da primeira parcela do empréstimo que venceu em novembro de 2007.

Uma família beneficiária em Araponga

Este casal dispõe de uma propriedade de 5 Ha, na verdade duas áreas separadas, uma de 3 Ha e outra de 2 Ha, distantes cerca de 1 km uma da outra. Têm dois filhos, de 12 e 6 anos, só o mais velho está na escola. O casal que trabalha e cuida da propriedade e dividem todas as tarefas, mesmo nos serviços de dentro da casa. O sistema de produção pode ser visualizado no diagrama da Figura 3.

Figura 3: Diagrama de fluxos de uma propriedade em Araponga, destacando os fluxos internos reforçados com os investimentos realizados *



* Os fluxos desta propriedade, tanto internos como com o exterior, são muito mais complexos que os apresentados aqui. No caso de uma análise sobre como a proposta agroecológica contribui para a melhoria das condições de vida das famílias poderiam ser observados os fluxos relacionados com a segurança alimentar e os serviços ambientais produzidos por exemplo. No entanto, considerou-se que isto fugiria do escopo dessa sistematização, optando-se por focalizar apenas aqueles fluxos influenciados diretamente, e em um primeiro momento, pelo acesso ao crédito.

Em uma área está a casa, quintal com horta e pomar muito diversificados – cerca de 20 espécies cultivadas. Aí também se encontram a maior parte dos animais, com as infra-estruturas de criatórios, beneficiamento e armazenagem. Tem uma lavoura de 1.100 pés de café - consorciada com árvores nativas, banana, abacate e cana de açúcar - uma área onde se faz roça de milho e feijão, uma lavoura de cana de açúcar e uma capineira. Ainda têm pastagem consorciada com árvores e áreas reflorestadas para a conservação de nascentes, produção de palmito, frutas e madeira para lenha e construções. Na outra área se encontram duas lavouras de café, que totalizam 3.000 pés, ambas consorciadas com frutíferas. Uma área destinada ao plantio de milho e feijão, uma de reserva e uma pastagem com árvores nativas.

O projeto elaborado pela família para o PRONAF agroecologia, no valor de R\$ 7.500,00, foi destinado a realizar investimentos nas ampliações do terreiro de secar café, das estruturas de produção animal – curral, chiqueiro e galinheiro – e do paiol, além da reforma de estradas e cercas e aquisição de uma picadeira com motor elétrico. O objetivo da família era de diminuir a dependência de adubos orgânicos adquiridos fora da propriedade e aproveitar melhor os produtos que dispunham para alimentação dos animais. Nesta etapa de transição incluíram como custeio a aquisição de composto e calcário para as lavouras de café.

Como as demais famílias também esta utilizou os recursos, assim que foram liberados, para outros fins: uma parte foi destinada a compra de um trator, de forma conjunta com outros beneficiários do PRONAF Agroecologia da comunidade. Outra foi para pagar uma parcela que ainda devia da nova área adquirida pela família. Uma parte significativa foi destinada a custear a cirurgia e o tratamento de um problema no joelho do homem da casa.

No entanto, passados três anos do recebimento dos recursos, lá estavam todas as propostas do projeto deles já implementadas, além de outras mais que julgaram importantes. À exceção da aquisição de supermagro para pulverizar a lavoura, que o agricultor desistiu, em função do problema que estava no joelho, que dificultava pulverizar. E por julgar que a lavoura não necessitava tanto desta pulverização. Assim que obtiveram receitas com a produção de café, completaram o que estava previsto no projeto: adquiriram cama de frango e calcário para aplicar na lavoura; fizeram a ampliação do terreiro, do paiol e das estruturas de produção animal; reformaram cercas e estradas; adquiriram a picadeira e motor.

Na avaliação da família o acesso ao crédito possibilitou várias melhorias no sistema de produção e na vida da família. Em um primeiro momento o dinheiro ajudou a superar um momento de crise com o problema de saúde do agricultor, as dívidas pendentes etc. Depois, com a aquisição da picadeira, puderam aumentar o número de criações, aproveitando melhor o milho, cana, mandioca etc. para alimentação dos animais, facilitando ainda a confecção de composto orgânico na propriedade – já produzem o suficiente para a lavoura, para a roça e para o quintal. Permitiu também um aumento na produção de polvilho da mandioca. Aumentou a produção do café com o composto adquirido e reduziu significativamente a mão de obra na secagem do café no novo terreiro. Têm produzido café de ótima qualidade e, agora com a ampliação do paiol, pode armazená-lo na propriedade, adquirindo mais autonomia em relação aos compradores. Reduziu muito o custo de transporte com a melhoria das estradas e com o serviço do trator do grupo.

Pagaram todo o financiamento do PRONAF Agroecologia quando venceu a primeira parcela (8.364,00 – principal + juros até o vencimento da 1ª. parcela). Ficaram com medo de ficar com uma dívida grande no momento em que tinham muitas incertezas sobre como seria sua capacidade de trabalho, em função do problema nos joelhos que o agricultor estava enfrentando. Como a venda de café neste ano permitiu, preferiram se ver livres da dívida logo e adiar outros investimentos que queriam fazer.

5. Análise da política pelos beneficiários

Em primeiro lugar é preciso destacar que o alcance do PRONAF Agroecologia, enquanto política pública destinada a promover a transição agroecológica de agricultores familiares, foi insignificante diante do volume de crédito aportado pelo governo federal, nas linhas de financiamento tradicionais, nos últimos anos (algo em torno de 0,01 %). A Tabela 4 dá a dimensão de sua aplicação. Cabe notar que mais da metade dos projetos apoiados em Minas Gerais, o estado onde houve o maior número de projetos, se referem aos projetos apresentados pelos STR's da Zona da Mata, com apoio do CTA.

É preciso também destacar que os agricultores que participaram desta experiência tiveram acesso a informações e assessoria, prestada pelo CTA e STR's, e estão engajados há vários anos em

movimentos que debatem e propõe políticas como esta. Por isso a política não aparece como uma dádiva e sim como uma “*conquista dos trabalhadores*”.

Tabela 4: Linha PRONAF Agroecologia - Banco do Brasil

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE CONTRATOS	TOTAL / UF	UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE CONTRATOS	TOTAL / UF
Pará	7	81.278	Goiás	19	275.713
Rondônia	1	10.978	Mato G. do Sul	4	39.903
Tocantins	11	126.329	Mato Grosso	3	41.558
Norte	19	218.585	Centro Oeste	26	357.174
			Espírito Santo	2	30.498
Alagoas	1	3.600	Minas Gerais	82	865.714
Bahia	3	20.711	Rio de Janeiro	5	33.790
Ceará	22	148.427	São Paulo	11	135.639
Paraíba	2	16.080	SUDESTE	100	1.065.641
Piauí	2	5.000	Paraná	22	213.930
Rio G. do Norte	2	8.560	Rio G. do Sul	20	207.520
NORDESTE	32	202.378	Santa Catarina	4	36.300
			SUL	46	457.750
TOTAL	223	2.301.528			

No entanto quando conversamos com as mulheres percebemos que estas sim desconhecem como surgiu esta linha de financiamento e as diferenças em relação às demais modalidades. Isto se explica pelo fato de muito poucas terem participado das reuniões onde estas informações foram apresentadas. Notamos que mesmo na elaboração dos projetos houve muito pouca participação da família, e das mulheres especificamente, mesmo que se tenha feito a recomendação e dado o tempo para que os agricultores discutissem o projeto com a família, antes de elaborá-lo.

Isto não significa que as mulheres não influenciaram na execução dos projetos. Uma das razões que explicam a utilização do recurso, inicialmente, de forma diferente do previsto e as alterações que ocorreram efetivamente no projeto, se deve à influência que as mulheres tiveram neste momento. Houveram muitos questionamentos por parte delas em relação às prioridades estabelecidas, pelos homens, nos projetos.

Em relação à percepção das melhorias proporcionadas pelo acesso ao crédito, as visões de homens e mulheres não se diferenciaram significativamente, mesmo quando eram consultados em separado⁸. Foi possível perceber, nas três visitas de monitoramento realizadas durante a sistematização, que o acesso ao financiamento contribuiu no processo de transição agroecológica das propriedades visitadas.

Nas reuniões⁹ realizadas com agricultores e agricultoras, nos municípios de Araponga e Espera Feliz, foram identificadas como principais vantagens do PRONAF Agroecologia, em relação à outras linhas do PRONAF: possibilidade de recursos para investir na agroecologia, uma proposta que antes não tinha financiamento; possibilidade de fazer investimento, com uma carência de 3 anos (“*Permite retornar investimentos feitos na lavoura de café*”); o sobreteto (50%) aumentando o volume de recursos por família; a liberdade para propor o que precisa ser feito na situação específica de cada propriedade.

Os mesmos agricultores e agricultoras apontaram como desvantagens do PRONAF Agroecologia: a exigência do banco de que os agricultores estivessem em processo de certificação orgânica; mais trabalho para acessar e os juros são os mesmos das outras linhas.

⁸ É preciso dizer que não foi possível, por limitações de tempo e de método desta sistematização, um aprofundamento maior desta questão com as mulheres, o que poderia trazer à tona diferentes percepções sobre estas melhorias

⁹ Participaram destas reuniões 22 homens e 13 mulheres, todos/as membros das famílias beneficiárias do PRONAF Agroecologia.

Foram também feitas várias sugestões para melhorar esta linha de financiamento: o prazo de carência é bom, mas poderia ser aumentado o número de parcelas; seria melhor ter a possibilidade de parcelar os desembolsos para investimento, com a respectiva alteração no prazo de carência e parcelas de acordo com cada desembolso (*“Possibilitaria melhor planejamento da transição, dando tempo pra avaliar o que vai dando certo”*. *“Fica todo mundo doido, com aquele dinheirão no banco, tendo que gastar tudo naquele ano, sem tempo pra fazer as coisas todas ao mesmo tempo”*); tem que haver algum acompanhamento de quem acessou (*“Não precisa ser de um técnico necessariamente, poderia ser de um grupo de agricultores que também estão em processo de transição para a agroecologia, para trocar idéias em relação às dúvidas que sempre aparecem”*. *“Não deixar um companheiro sozinho, pois assim só tem mais chances de errar”*); deveria haver um diferencial em relação às outras linhas do PRONAF, ser subsidiado, pelo menos tirar os juros ou ter um rebate, em função dos serviços ambientais que são prestados pelos sistemas agroecológicos à sociedade: conservação da biodiversidade, do solo, da água, etc.; permitir mudanças no que foi planejado no projeto, pois é necessário ter mais liberdade no uso dos recursos para que possam ser utilizados naquilo que realmente está estrangulando o processo de transição agroecológica da família (*“por exemplo: o pagamento de uma dívida; ajudar em um tratamento de saúde emergencial etc.”*).

É curioso notarmos que uma das vantagens apontadas e que depois aparece como proposta, *“a liberdade para propor o que precisa ser feito em cada situação específica”*, em realidade se refere ao fato das famílias terem utilizado o recurso da melhor maneira que lhe convia, adequada ao momento específico de dificuldades que cada uma passava. A quase totalidade das famílias beneficiadas assim procedeu. E esta não é uma norma desta linha do PRONAF. Se houvesse mais fiscalização do Banco, provavelmente teria havido questionamento, principalmente nos dois primeiros anos dos projetos. Por outro lado se a fiscalização fosse realizada ao final do terceiro ano, também na quase totalidade dos casos, poderia se constatar que quase todos os investimentos propostos nos projetos estariam realizados.

A não aplicação dos recursos do crédito, na forma prevista no projeto encaminhado ao banco, aconteceu tanto com os agricultores de Espera Feliz que tiveram um longo período entre a elaboração do projeto e a liberação dos recursos ($\pm 1,5$ anos) como no caso de Araponga em que este período foi mais curto (3 meses). Isto reforça a proposição dos agricultores de que haja flexibilidade na aplicação dos recursos, ou seja, que a família possa utilizá-lo onde *“o cinto está apertando mais”*.

Evidentemente isto pode trazer problemas de desvios no propósito do projeto – promover a transição agroecológica – quando os beneficiários não tiverem compromisso com este propósito e não tiverem um mínimo de acompanhamento na implementação do projeto, seja por técnicos ou por outros agricultores.

O fato de não ter havido nenhum caso de inadimplência até o momento entre os agricultores de Araponga e de Espera Feliz é um indicador de que a forma que utilizaram os recursos não trouxe problemas para a para a viabilidade econômica do projeto. Talvez, pelo contrário, tenha contribuído para alcançá-la.

Ou seja, um crédito direcionado à propriedade, ou à família, que permita esta flexibilidade é mais eficaz do que ficar *“amarrado”* ao que prevê o projeto. O projeto deve se constituir em um instrumento de planejamento da transição, mas não pode se transformar em uma amarra que traga mais problemas do que solução, quando surgem situações novas a serem enfrentadas pela família. Corroborando com essa hipótese, a análise dos dois casos específicos, sobre como os recursos foram utilizados e como sua utilização contribuiu para o processo de transição agroecológica dos sistemas de produção focalizados.

Cabe aqui acrescentar as dificuldades identificadas durante os debates realizados sobre o PRONAF Agroecologia no II Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em Recife, em julho de 2006. São dificuldades apontadas por um conjunto maior de pessoas, que atuaram com esta política

também em outras regiões do país. Veremos que elas correspondem em grande medida ao que foi identificado nas entrevistas realizadas agora em 2007, nesta sistematização.

Nestes debates partiu-se do pressuposto que a agricultura familiar está descapitalizada e necessita de investimentos significativos. Esses investimentos não são recorrentes, são pontuais e não se repetem, a não ser com largos intervalos, e nem todos ao mesmo tempo. De toda forma, um processo de conversão agroecológica cobrará um investimento inicial dependendo do projeto da família e do seu nível de descapitalização (WEID, 2007).

Como conseguir esses recursos de investimento? Em princípio, o PRONAF Agroecologia pode financiar, com um prazo de carência de três anos. No entanto, o agricultor recebe a totalidade dos recursos a investir em cada projeto no primeiro ano, mesmo que só pense em usar parte dos recursos mais adiante. Isso coloca um problema de eficiência no uso dos recursos e encarece o crédito para o agricultor. O ideal seria o agricultor poder planejar seus investimentos ao longo de seis ou mesmo oito anos, e os recursos irem sendo liberados ano a ano pelos bancos segundo as necessidades definidas pelo agricultor. Assim, a dívida só passaria a contar para fins de carência e de prazo de pagamento a partir do momento do desembolso de cada parcela pelos bancos. Isso permitiria escalonar a dívida em até onze anos, se o prazo de carência de cada parcela for, por exemplo, de cinco anos (WEID, 2007).

Os processos de transição para um sistema agroecológico não podem ser pensados em prazos curtos e acelerados, pois não se trata de aplicar um pacote, mas sim de elaborar um sistema específico para cada família. Os agricultores que se engajam em processos de transição agroecológica vão definindo aos poucos as diferentes técnicas que vão utilizar, testando-as primeiro em pequena escala, para depois reproduzi-las na escala da propriedade. A implantação do novo sistema na escala da propriedade será paulatina e tão longa quanto a complexidade da proposta adotada. A seqüência de técnicas a serem introduzidas na escala da propriedade também não pode ser prevista de forma rígida, pois a prática pode cobrar ajustes e mudanças a partir de problemas encontrados ou devido a questões climáticas (WEID, 2007).

Por essas razões a proposta do PRONAF Agroecologia, que obriga o agricultor a apresentar um plano de transição rígido de três anos com indicações de que técnicas vai abandonar e quais vai introduzir a cada ano, é inviável. Seria necessário flexibilizar muito os procedimentos para que o agricultor possa efetivamente chegar a usar o PRONAF Agroecologia.

Além de problemas de ajuste nas regras dessa modalidade de PRONAF, há inúmeros problemas na operacionalização do crédito para os agricultores familiares. Em primeiro lugar, é difícil montar um sistema baseado em planilhas em que os dados fornecidos pelos agricultores vão sendo alimentados para em seguida se fazer uma análise de rentabilidade baseada em produtos. Essa normatização responde bem aos pacotes técnicos simplificados dos sistemas convencionais, mas com sistemas complexos e altamente diversificados ela não funciona. Os gerentes dos bancos ficam inseguros com essas tecnologias que não estão certificadas pelos manuais da Embrapa¹⁰ e criam as maiores dificuldades para aceitar esses projetos. Questionam o poder germinativo das sementes crioulas, a eficiência dos adubos orgânicos, a eficácia das caldas para o controle de pragas e doenças, etc. Finalmente, há uma resistência dos sistemas financeiros a operar com muitos pequenos projetos que dão muito trabalho e acarretam baixo rendimento para o banco (WEID, 2007).

As discussões evidenciaram a existência de muitas dificuldades na operacionalização do PRONAF, que têm como principal efeito prático a limitação do número de famílias atendidas pelo programa. A seguir listamos algumas, de acordo com WEID (2007):

- “Em muitos lugares criam-se dificuldades com respeito à Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), dizendo, por exemplo, que ela venceu de um ano para outro e exigindo uma nova, quando na realidade a DAP tem validade de cinco anos, a não ser que a família tenha mudado de categoria (de C para D, por exemplo)”.

¹⁰ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

- “Há demoras inexplicáveis na análise das propostas”.
- “Em certos casos, as planilhas apresentadas pelos bancos para formular os projetos dificultam a elaboração dos mesmos”.
- “Outro problema importante é a relação entre o PRONAF e o zoneamento da Embrapa, que impõe limitações no que se refere às atividades que podem ser financiadas em uma determinada região”.
- “Essas dificuldades multiplicam-se quando se trata de linhas específicas: Agroecologia, Florestal, Mulher e Jovem. Em certos casos parece que as exigências burocráticas são maiores (são solicitados mais documentos, etc.). Em outros casos, a lentidão e a má vontade podem estar ligadas ao fato de que existe um profundo desconhecimento por parte dos funcionários dos bancos sobre essas modalidades. Nessas circunstâncias, preferem lidar com as modalidades mais conhecidas. Assim, chega a acontecer que *falta dinheiro*, quando, depois de muita luta, os projetos dessas modalidades são finalmente aprovados: *é que ele já foi todo gasto com linhas convencionais*”.

Para completar esta análise da situação atual do financiamento da transição agroecológica por meio dos mecanismos do PRONAF, devemos apontar o baixo nível de informação dos agricultores sobre essas oportunidades e a pouca capacidade das organizações de apoio para facilitar o acesso dos agricultores em uma escala significativa. Outro problema da assistência técnica é que, em geral, ela é muito “*masculina*”. Isso estabelece uma dificuldade a mais que as mulheres devem enfrentar no processo de elaboração e apresentação de propostas de crédito (WEID, 2007).

Permanece no seio do PRONAF uma contradição de fundo, quando ele é analisado do ponto de vista da agroecologia: é a contradição *produto x sistema*. Em algumas modalidades, ela não aparece muito, como no caso do PRONAF Agroecologia. Outra conclusão tirada da discussão foi que a única coisa que realmente distingue o PRONAF Agroecologia da modalidade Crédito de Investimento convencional, por exemplo, é a existência do *sobreteto* (ou seja, da possibilidade de se obter uma soma um pouco maior). Foi visto que é necessário sair dessa situação, buscando a criação de uma modalidade de crédito diferenciado para incentivar a agroecologia (WEID, 2007).

Os resultados dessa experiência de acesso dos agricultores/as familiares da Zona da Mata ao PRONAF Agroecologia vão no sentido de que o crédito pode ser um instrumento potencializador da transição agroecológica dos sistemas de produção, reduzindo as dificuldades enfrentadas pelas famílias nesse processo e melhorando suas condições de vida, desde que sejam superadas as contradições e problemas identificados que impedem a massificação destas linhas de crédito.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, S. S. Pronaf Agroecologia no CTA-ZM. *Caderno Financiamento da Transição Agroecológica*. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – Grupo de trabalho Financiamento da Transição Agroecológica. Julho de 2007.
- WEID, J. M. (ed) *Caderno Financiamento da Transição Agroecológica*. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – Grupo de trabalho Financiamento da Transição Agroecológica. Editor. Julho de 2007.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. *Zona da Mata: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para o seu desenvolvimento*. Belo Horizonte, 2000. 158 p.
- FÁVERO, C.; FERRARI, E.; CARDOSO, I.; M. SILVA, B. M.; RIBEIRO, S. Monitoramento da Sustentabilidade de Agroecossistemas: Construindo Indicadores. CTA-ZM. Viçosa, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. 2002